

BNCC, EDUCAÇÃO INFANTIL E CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Maria José Feitosa dos Santos¹

GT 8 – Espaços educativos, currículo e formação docente (Saberes e Práticas)

RESUMO

O presente artigo trata-se de uma revisão da literatura elaborada com o objetivo de saber o que os estudos na área da educação têm revelado sobre a articulação dos campos de experiências definidos pela BNCC nas práticas pedagógicas da Educação Infantil. Foram utilizados os termos de busca “BNCC”, “Educação Infantil” e “Campos de Experiências” nas bases de dados Portal de periódicos CAPES e Catálogo de Teses & Dissertações CAPES, sendo selecionados seis artigos e duas dissertações pela conformidade do tema abordado ao objetivo dessa revisão. Foi observado que, coerente com a BNCC, deve haver uma mudança no foco curricular da perspectiva do docente para a perspectiva da criança. Contudo, há uma contradição entre a legislação e o fazer pedagógico. Conclui-se que a articulação dos campos de experiências às práticas pedagógicas não se restringe aos objetivos de conhecer e ler o documento, mas de interpretação e compreensão das propostas definidas.

Palavras-chave: BNCC. Educação Infantil. Campos de Experiências.

ABSTRACT

This article is a literature review aimed at understanding what studies in the area of education have revealed about the articulation of Fields of Experiences defined by the Common National Curriculum Base (BNCC) in the pedagogical practices of Early Childhood Education. The search terms "BNCC," "Early Childhood Education," and "Fields of Experiences" were used in the databases Portal de periódicos CAPES and Catálogo de Teses & Dissertações CAPES, with six articles and two dissertations being selected based on the theme's compliance with the objective. It was observed that, consistent with the BNCC, there must be a change in the curricular focus from the teacher's perspective to the child's perspective. However, there is a contradiction between legislation and pedagogical practice. It is concluded that the articulation of the Fields of Experiences in the pedagogical practices is not limited to the objectives of knowing and reading the document, but of interpreting and understanding the defined proposals.

Keywords: Common National Curriculum Base. Early Childhood Education. Fields of Experiences.

¹ Pedagoga pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Psicopedagoga pela Faculdade São Luís de França. Professora da Rede Municipal de Aracaju e Técnica Pedagógica da Coordenadoria de Educação Infantil (COEINF) do Departamento de Educação Básica (DEB) da Secretaria Municipal da Educação (SEMED). ORCID <https://orcid.org/0009-0006-5633-911X>. E-mail: feitosamj@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1988, torna-se dever do Estado o atendimento às crianças em creche e pré-escola. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, a Educação Infantil, que antes não era vista com a mesma formalidade dos demais níveis, passa a ser considerada parte da Educação Básica assim como o Ensino Fundamental e o Ensino Médio (BNCC, 2017).

Ainda segundo essa normativa, com a alteração da LDB em 2006, que antecipou o acesso das crianças com seis anos ao Ensino Fundamental, a Educação Infantil passa a atender crianças de zero a cinco anos, mas sem obrigatoriedade. Posteriormente, com a Emenda Constitucional nº59/2009 que determinou a obrigatoriedade da Educação Básica dos quatro aos 17 anos, o atendimento da Educação Infantil passa a ser obrigatório para a Pré-escola (crianças de quatro e cinco anos). Porém, a obrigatoriedade da matrícula nas unidades de Educação Infantil foi consolidada apenas em 2013 com a inclusão na LDB.

Um marco relevante da consolidação da Educação Infantil como parte integrante da Educação Básica foi a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 20 de dezembro de 2017. A BNCC é um documento de caráter normativo que define aprendizagens fundamentais para o desenvolvimento dos alunos durante toda a trajetória da Educação Básica, assegurando seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme referendado no Plano Nacional de Educação (PNE). Ela teve sua base pautada nos princípios éticos, políticos e estéticos contemplados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB), os quais almejam à formação humana de forma integral e à construção de uma sociedade democrática, inclusiva e justa (BNCC, 2017).

A partir das interações e da brincadeira, a BNCC estrutura a Educação Infantil em seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver em pequenos e grandes grupos com outras crianças e adultos utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento e o respeito à cultura e às diferenças entre as pessoas; brincar em diferentes espaços e tempos de diversas formas, visando estimular sua imaginação, criatividade, experiências emocionais, cognitivas, corporais, sociais e relacionais; participar de forma

ativa, com outras crianças e adultos, das atividades propostas pelo professor, do planejamento da escola e das atividades da vida cotidiana; expressar, por meio de diferentes linguagens, opiniões, questionamentos, hipóteses, dúvidas, sentimentos e emoções; explorar, na escola e fora dela, relacionamentos, movimentos, gestos, objetos, elementos da natureza, sons, cores, palavras; conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, construindo uma imagem positiva de si e de seus pares nas diversas experiências de cuidados, interações e brincadeiras.

Esses direitos são contemplados em cinco campos de experiências. Cada campo de experiências possui objetivos de aprendizagem e desenvolvimento específicos organizados em três grupos etários: bebês (zero a 1 ano e 6 meses); crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses) (BNCC, 2017). O campo denominado “O eu, o outro e o nós”, propõe o desenvolvimento de experiências de interação da criança com seus pares e adultos, construindo seu próprio modo de pensar, sentir e agir e nesse processo vão descobrindo outros modos de vida. O campo “Corpo, gestos e movimentos”, sugere a promoção de experiências em que os gestos e movimentos constituam uma linguagem que permita à criança se expressar e aprender sobre si e sobre o universo social e cultural. Por sua vez, o campo “Traços, sons, cores e formas” traz a proposta de possibilitar à criança vivenciar formas criativas com o corpo, instrumentos sonoros, voz, materiais plásticos e gráficos ligados à música, à dança, às artes plásticas, ao teatro e à literatura. Já o campo “Escuta, fala, pensamento e imaginação” propõe estimular a cultura oral por meio da participação das crianças em situações de fala e escuta, como a contação de histórias, conversas, descrições e inserir a criança na cultura escrita partindo dos seus conhecimentos prévios e da sua curiosidade através do contato com livros e gêneros literários. Por fim, a proposta do campo “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” é ampliar o mundo físico e sociocultural ao promover experiências nas quais a criança possa manipular objetos, observar, explorar seu entorno, investigar, levantar hipóteses e buscar respostas às curiosidades e indagações (BRASIL, 2019).

Os campos de experiências devem ser trabalhados com Intencionalidade pedagógica. Isto significa que as atividades planejadas devem estar articuladas ao currículo com os interesses e as ideias das crianças, não devem ser fragmentadas em aulas específicas e devem fazer parte de todos os momentos da rotina pedagógica, desde a acolhida até o

momento da saída. No planejamento de uma proposta, os campos de experiências devem ser pensados de forma integrada entre si, ou seja, os objetivos de diferentes campos podem estar articulados em uma mesma proposta (BRASIL, 2019). Coerente a essa concepção, no Currículo de Sergipe (2018, p.64) é afirmado que “... ao pensar em Campos de Experiências não podemos relacioná-los ao modelo de currículo estruturado por meio das divisões de áreas do conhecimento.” Deve-se entender que os Campos de Experiências constituem um contexto amplo que abrange toda organização do trabalho pedagógico, como escolha de materiais, tempo, espaço, acompanhamento da aprendizagem das crianças, bem como os instrumentos e artefatos culturais, dentre outros (SERGIPE, 2018).

A organização por campos de experiências significa oferecer um conjunto de práticas que integrem os saberes das crianças com os conhecimentos já sistematizados pela humanidade, tendo em vista que a experiência na Educação Infantil não se propõe à busca de um resultado final, visto que os pequenos precisam de tempo para elaboração de conceitos. Para ilustrar, a autora apresenta o exemplo de que uma atividade isolada em que as crianças experimentem deixar suas marcas com tintas não será suficiente para promover a construção do conhecimento e ressalta que é preciso dar continuidade ao processo, como brincar com tintas inúmeras vezes, com diferentes suportes, ferramentas, cores e texturas para que as crianças possam se apropriar desse recurso expressivo (PINTO, 2018).

Há docentes que se frustram ao trabalhar com a Educação Infantil por não terem uma grade curricular linear. Porém, a aprendizagem das crianças engloba vários processos de apropriação, não acontece de maneira linear, pontual, estável e nem isolada (PINTO, 2018).

Nesta perspectiva

Os Campos de Experiência possibilitam romper com as práticas instrumentais que muitas escolas de educação infantil ainda seguem atualmente, por exemplo: datas comemorativas, pintura de um estereótipo, preencher as letras com bolinhas de crepom, experiências estas que para as crianças não têm sentido por não produzirem as relações de significação e de continuidade que a BNCC apresenta. Com a articulação dos Campos de Experiência e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a escola oferece viabilidade para que as crianças construam hipóteses e experiências que através das mediações do professor possibilitam a significação das mesmas (GHIDINI, 2020, p.68).

Ainda para GHIDINI (2020, p.71), “O desafio está na articulação entre os

Campos de Experiências, considerando que um complementa o outro na vinculação dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento colocando a criança no centro do processo educacional [...]”.

Assim, conforme definido nas DCNEB

A criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições ela faz amizades, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura (BRASIL, 2013, p. 86).

Considerando a relevância do que foi exposto, o objetivo desta revisão da literatura é observar o que os estudos da área de educação têm revelado sobre a BNCC em relação à articulação dos Campos de Experiências nas práticas pedagógicas da Educação Infantil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta de dados foi realizada no período de 13 a 16 de março de 2024. Para a pesquisa, foram utilizados os termos de busca “BNCC”, “Educação Infantil” e “Campos de Experiências” nas bases de dados Portal de periódicos CAPES e Catálogo de Teses & Dissertações CAPES. Como filtros, foram utilizados o idioma português e o período de publicação de 2017 a 2023, sendo obtidos 46 artigos e seis dissertações.

Após uma leitura exploratória, foram selecionados oito produções acadêmicas, listadas no quadro abaixo, sendo seis artigos e duas dissertações, que atendiam ao critério adotado de conformidade do tema abordado ao objetivo dessa revisão.

Tabela 1. Títulos, autores e ano de publicação das produções acadêmicas selecionadas (2019-2023)

TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO
--------	-----------	-----

1. Caminhos da Educação Infantil: da Constituição de 1988 até a BNCC	Ana Paula Barbieri de Mello Edite Maria Sudbrack	2019
2. Uma experiência sobre rotina escolar e planejamento didático na educação infantil na Amazônia.	Soraya de Araújo Feitosa Laura Juliana Neris Machado Barros Sâmella Kalyne Araújo Feitosa	2019
3. Criança, currículo e campos de experiências: notas reflexivas.	Paulo Sérgio Fochi	2020
4. Campos de Experiência na BNCC e suas implicações na construção de um currículo para a Educação Infantil.	Natália de Almeida Ghidini	2020
5. Base Nacional Comum Curricular na Educação Infantil: repercussões nas práticas pedagógicas em uma escola do Litoral Norte/RS	Andara Dias de Almeida Klug Carolina Gobbato Claines Kremer	2022
6. Compreensões de professoras de creches tocantinenses sobre “campos de experiência” e “direitos de aprendizagem e desenvolvimento” na BNCC.	Cleonici Coêlho	2022
7. O currículo na educação infantil a partir da BNCC: pensando a interdisciplinaridade e os campos de experiências.	Emilly Souza Coelho Badaró Marcelo Nocelle de Almeida	2022
8. Das experiências às práticas de alfabetização, letramento e ludicidade na Educação Infantil.	Léia Gonçalves de Freitas Vilma Aparecida de Pinho Márcia Lemos Braga.	2023

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

A análise das produções acadêmicas foi feita a partir dos seguintes dados: ano de publicação, autor(es), afiliação institucional dos autor(es), palavras-chave, objetivos, método,

resultados e conclusões. Os resultados são descritos no próximo tópico.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O período de publicação dos trabalhos selecionados compreendeu os anos de 2019 a 2023, sendo dois artigos em 2019, um artigo e uma dissertação em 2020, dois artigos e uma dissertação em 2022 e um artigo em 2023, destacando-se a maior concentração no ano de 2022 com três publicações, e nenhuma publicação em 2021. Ressalta-se que a BNCC foi homologada em 20 de dezembro de 2017, o que pode justificar a ausência de publicações nos anos de 2017 e 2018, considerando o período destinado para apropriação e interpretação do documento.

O estado com maior número de publicação foi o Rio Grande do Sul, sendo três artigos e uma dissertação. Foram também identificadas publicações nos estados do Paraná, Roraima, Pará e Tocantins com uma em cada, respectivamente três artigos e uma dissertação.

Quanto aos autores, a predominância é do gênero feminino. Dos 15 autores das produções acadêmicas selecionadas, apenas dois são homens, o que pode ser justificado pelo fato da área da educação ser predominantemente formada por mulheres, como aponta o Censo escolar de 2022 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Segundo dados da pesquisa, mais de 2,3 milhões de profissionais compõem o corpo docente no Brasil, e deste, 1,8 milhões (79,2%) são professoras (INEP, 2023).

Em relação às palavras-chave citadas nas publicações, observou-se que a mais utilizada foi “Educação Infantil” em sete trabalhos. Por sua vez, “BNCC” e “Campos de Experiências” foram citados em cinco e quatro trabalhos, respectivamente, o que reflete a adequação dos termos de busca adotados para encontrar nas bases de dados produções acadêmicas a respeito do tema aqui discutido.

Sobre os objetivos, cinco produções acadêmicas pretenderam discutir as percepções das professoras e analisar experiências desenvolvidas no ambiente escolar. As demais visaram discutir produções bibliográficas por meio de análise documental.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foi observado que todos eles foram de natureza qualitativa. Os instrumentos adotados pelos autores para a coleta de dados foram

relatos de experiências, questionários, entrevistas e observações.

Os resultados das publicações revelaram que há uma contradição entre a legislação e o fazer pedagógico, o que sugere uma predominância da falta de compreensão da BNCC. Assim, verificou-se fragmentação das atividades nas ações pedagógicas; dificuldades ao planejar o trabalho pedagógico para Educação Infantil a partir das propostas definidas pela BNCC; incoerência entre as ações planejadas e as atividades desenvolvidas; abandono da criança ao subjugar sua capacidade tanto na antecipação dos conteúdos como quando a criança é tratada em uma visão ingênua de autossuficiência; conhecimento superficial da BNCC pautados em uma breve leitura; e contradição entre o pensar e o agir, refletida no reconhecimento da BNCC enquanto documento que orienta o planejamento, em contraste com uma prática que declaradamente tem no conhecimento pessoal o seu principal suporte.

Outros relatos de experiências destacaram que o planejamento da instituição de Educação Infantil pesquisada contempla os campos de experiências e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento; que os campos de experiências possibilitam romper com práticas tradicionais que muitas escolas de Educação Infantil desenvolvem atualmente, como: datas comemorativas, pintura de figuras, preenchimento de letras com bolinhas de crepom, dentre outras atividades com pouco ou nenhum significado para as crianças e que a interpretação e a reflexão da BNCC poderão contribuir para repensar o fazer pedagógico da Educação Infantil.

Assim, os resultados verificaram que as professoras ao se apropriarem do documento BNCC procuram redimensionar suas práticas, mas ainda há muitas dúvidas sobre as mudanças ocorridas a partir BNCC em relação à articulação dos campos de experiências nas práticas pedagógicas da Educação Infantil. De acordo com GHIDINI (2020, p.58), “A base como documento orientador colabora com os professores que atuam na educação infantil, mas ainda há dúvidas sobre esta política educacional e as mudanças que ela traz”.

Neste sentido

O que evidentemente avança no documento da BNCC em relação às DCNEIs é o fato de articular a esses campos de experiência direitos de aprendizagem que expressam os diferentes modos como as crianças aprendem, ou seja, convivendo, brincando, participando, explorando, expressando e conhecendo-se. Esses verbos, que se repetem em cada um dos campos, provocam o adulto a pensar e estruturar o trabalho educativo a partir de uma concepção de criança que age, cria e produz

cultura, algo muito diferente da imagem de criança que é receptora passiva e expectadora do adulto, tão comum nas pedagogias tradicionais (FOCHI, 2016, p.2).

Quanto às conclusões, os trabalhos revelaram que elaborar o currículo da Educação Infantil por meio dos campos de experiências é considerar o desejo da criança em aprender e estimular sua curiosidade para compreensão do mundo por meio de atividades que tenham significado para elas e que é preciso romper com práticas pedagógicas fragmentadas desenvolvidas na Educação Infantil com pouco ou nenhum significado para a criança.

Ademais apontam que a BNCC, uma vez compreendida, contribui para a construção de práticas pedagógicas que respeitem as necessidades das infâncias e as singularidades das crianças de zero a cinco anos. Para tanto, é fundamental que o poder público invista na formação inicial e continuada para gestores e professores, na infraestrutura das instituições, em materiais pedagógicos e na valorização profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi observar o que os estudos da área de educação têm revelado sobre a BNCC em relação à articulação dos Campos de Experiências nas práticas pedagógicas da Educação Infantil.

Para orientar os projetos pedagógicos das instituições de Educação Infantil, a BNCC define que as experiências desenvolvidas devem garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Assim, trabalhar por meio dos campos de experiências significa romper com as práticas pedagógicas fragmentadas com pouco ou nenhum significado, colocar a criança no centro do processo de aprendizagem, considerar seu desejo de aprender e estimular sua curiosidade para compreensão do mundo a partir de atividades que tenham significado para elas.

Neste sentido, merece destaque a mini-história de uma turma da pré-escola, que exemplifica o modo como as crianças dialogam, levantam hipóteses e buscam respostas para suas indagações sobre a diferenciação entre bicho e animal (FOCHI, 2020). Ainda segundo Fochi (2020, p. 57) "A experiência de diálogo dessas crianças e o modo como a professora provoca, interpreta, suspende sua visão adulta e narra evidenciam a relação entre o mundo da criança e o mundo de significados (o currículo)".

A partir da análise das produções acadêmicas foi possível perceber a ausência de clareza sobre a intencionalidade dos campos de experiências nas práticas pedagógicas. Verificou-se que há algumas contradições entre a compreensão das propostas definidas pela BNCC e as práticas pedagógicas. Nos relatos de experiências, foi possível perceber que as professoras afirmaram que conhecem o documento e reconhecem que a BNCC contribui para a construção de práticas pedagógicas essenciais para atender as necessidades das infâncias e para a compreensão das singularidades das crianças de zero a cinco anos. Consideraram um documento orientador na elaboração do planejamento, mas ao serem questionadas sobre campos de experiências e direitos de aprendizagem e desenvolvimento, deixaram evidente que o principal suporte é o seu conhecimento pessoal. E em relação aos planejamentos apresentados, observou-se que utilizam os campos de experiências e os objetivos, porém as atividades propostas divergem da intencionalidade definida pela Base.

Conclui-se que a articulação dos campos de experiências às práticas pedagógicas não se restringe aos objetivos de conhecer e ler o documento. Para entender a intencionalidade pedagógica e compreender as orientações definidas pela BNCC, faz-se necessário compreender que a partir deste documento houve mudança no foco curricular da perspectiva do docente para a perspectiva da criança. O docente, ao elaborar seu planejamento, é desafiado a organizar práticas abertas que atendam às iniciativas, desejos e modos de agir das crianças, para garantia dos seus direitos. Para tanto, ressalta-se a importância do conhecimento teórico e da formação continuada, dentro e fora do ambiente escolar, que envolvam situações de reflexões, debates e compartilhamento de ideias, a fim de compreender, de fato, a articulação dos componentes do novo arranjo curricular na prática pedagógica.

Ressalta-se que a presente revisão foi um recorte feito a partir de dois bancos de dados e que a utilização de outras plataformas de busca poderia trazer resultados mais amplos. Dessa forma, estudos futuros poderão observar outros elementos e possibilidades referentes aos campos de experiências. Espera-se que este artigo possa contribuir para a compreensão de novas concepções sobre a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Emilly Souza Coelho; ALMEIDA, Marcelo Nocelle de. O currículo na

educação infantil a partir da BNCC: pensando a interdisciplinaridade e os campos de experiências. **Revista Imagens da Educação**, Maringá, PR, v. 12, n. 3, p. 101-120, jul./set. 2022. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/51186>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Campos de Experiências: Efetivando direitos e aprendizagens na Educação Infantil. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Fundação Santillana. Movimento pela Base Nacional Comum. 2019. Disponível em:

https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/campos-experiencias-versao-interativa/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwwr6wBhBcEiwAfMEQsy_Mv7WxYkFijOmOgch4bboN8mGoeTqUIKRe7S7vx7COKHhbtYgPHRoCaXoQAvD_BwE.

Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI 2013.

COÊLHO, Cleonici. **Compreensões de professoras de creches tocantinenses sobre “campos de experiência” e “direitos de aprendizagem e desenvolvimento” na BNCC**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2022. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12315615. Acesso em: 16 mar. 2024.

FEITOSA, Soraya de Araújo; BARROS, Laura Juliana Neris Machado; FEITOZA, Sâmella Kalyne Araújo. Uma experiência sobre rotina escolar e planejamento didático na educação infantil na amazônia. *Horizontes – Revista de Educação*. Dourados, MS, v.7, n. 14, p.123-136, 2019. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/9725/5505>. Acesso em: 15 mar. 2024.

FOCHI, Paulo Sergio. **A didática dos campos de experiência**. Pátio Educação Infantil, Porto Alegre, n. 49, p. 4-7, out./dez. 2016. Disponível em:

<file:///C:/Users/positivo/Downloads/Adidaticadoscamposdeexperincia.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

FOCHI, Paulo Sérgio. Criança, currículo e campos de experiência: notas reflexivas. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, RS, v. 25, p. 52 – 72, 2020. Disponível em:

<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/index>. Acesso em: 15 mar. 2024.

FREITAS, Léia Gonçalves de; PINHO, Vilma Aparecida de; BRAGA, Márcia

Lemos. Das experiências às práticas de alfabetização, letramento e ludicidade na Educação Infantil. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, TO , v. 8, e15735, 2023. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/15735/21273>.

Acesso em: 15 mar. 2024.

GHIDINI, Natália de Almeida. **Campos de experiência na BNCC e suas implicações na construção de um currículo para a educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2020.

Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9507164. Acesso em: 16 mar. 2024.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Professoras são 79% da docência de educação básica no Brasil. Gov.br.

Ministério da Educação, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/inep/pt-](https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil)

[br/assuntos/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil](https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil). Acesso em: 5 abr. 2024.

KLUG, Andara Dias de Almeida; GOBBATO, Carolina; KREMER, Claines. Base Nacional Comum Curricular na Educação Infantil: repercussões nas práticas pedagógicas em uma escola do Litoral Norte/RS. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, PR, v. 25, p. 1-20, e-20247.048, 2022. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20247>. Acesso em: 15

mar. 2024.

MELLO, Ana Paula Barbieri de; SUDBRACK, Edite Maria. Caminhos da Educação Infantil: da Constituição de 1988 até a BNCC. **Rev. Inter. Educ. Sup.** Campinas, SP, v.5, p. 1-21, e019031, 2019. Disponível em:

file:///C:/Users/positivo/Downloads/malu04,+Ana+Paula_O_86533416_Potugues.pdf.

Acesso em: 14 marc. 2024.

PINTO, Aline. **Cadê? Achou! Educar, cuidar e brincar na ação pedagógica da creche**. Curitiba: Positivo, 2018.

SERGIPE. **Currículo de Sergipe: Educação Infantil e Ensino Fundamental**.

Regulamentado no Sistema Estadual de Ensino por meio do Parecer nº 388/2018/CEE e da Resolução nº 04/2018/CEE. Aracaju: Câmara Municipal, 28 dez. 2018a.

Disponível em:

<https://www.seed.se.gov.br/arquivos/CURRICULO.DE.SERGIPE.v.02-Regulamentado.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

13° ENFOPE 15° FOPIE

Encontro Internacional de Formação de Professores e
Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional

**EDUCAÇÃO EM DIFERENTES
TEMPOS E ESPAÇOS:**

A importância da escola na
transformação social e os
futuros incertos

22 A 24 DE MAIO DE 2024